

Vereador cobra diretas a Ulysses

No encerramento do encontro, vaias e críticas à postura do PMDB

Recebido entre aplausos e vaias por aproximadamente 1 mil vereadores que pediam eleições diretas em 88 para Presidente da República, o presidente Ulysses Guimarães acabou ouvindo duras críticas durante a solenidade de encerramento da Marcha dos Vereadores, ontem à tarde, no auditório Petrólio Portela. No momento de maior tensão, o vice-presidente da União de Minas Gerais, João Ailton (PMDB), encarou o presidente da Constituinte e afirmou: "Não queremos uma Nova República que quer dar mais um ano de mandato para um Presidente que não foi eleito pelo povo. Volte para a sua posição, doutor Ulysses, volte para o programa do PMDB". Foi aplaudido de pé por todo o plenário, enquanto Ulysses Guimarães soltava um sorriso amarelo e surgiam gritos de "diretas já" entre os vereadores.

ele considerou como "um tema de interesse regional". Aos gritos, pediu: "Dêem uma chance aos nordestinos". Em resposta, ouviu mais vaias.

PRORROGAÇÃO

O presidente da UVB, Paulo Silas (PMDB), condenou qualquer tentativa de prorrogação de mandatos para vereadores e prefeitos e pediu imunidade parlamentar em todo o território nacional e a retomada de prerrogativas para os vereadores legislarem sobre matéria administrativa, financeira, orçamentária e tributária. Ele considerou que a Constituinte avançou muito pouco até agora. Por isso, entende que os vereadores terão que "redobrar a sua presença em Brasília, para termos uma Constituinte progressista".

O pronunciamento de Bernardo Cabral foi fraco de conteúdo e morno pela sua forma. Logo no início, ouviu vaias esparsas quando dirigiu-se ao presidente Ulysses Guimarães e falou: "A este homem devemos o fato de estarmos aqui reunidos". Depois, pediu a união de vereadores e constituintes e avisou que "não teremos a Constituição legal, mas a Constituição do Brasil real". Mas logo o presidente da União do Ceará avisou que, "se a Constituinte não for o que queremos, vamos começar tudo de novo, como já estamos fazendo agora, para eleger o Presidente em 88".

CRÍTICAS

Ulysses Guimarães evitou o enfrentamento com o plenário, mas deixou claro que não havia concordado com algumas das críticas a ele dirigidas. Lembrou que tem havido participação popular nos trabalhos constitucionais e chegou a defender algumas propostas básicas, que representam o consenso entre os setores progressistas, como a reforma agrária, "mas uma reforma para mudar, para frente, para resolver os problemas do País". Otimista, disse estar certo de que, "no final, vamos fazer um documento que represente o que a sociedade quer e exige de nós".

Lembrando a frase da bandeira nacional, afirmou que "não pode haver ordem sem a justiça social, com uma minoria oprimindo e retirando os frutos da oitava potência do mundo". No final, recordando uma frase que proferiu em 1974, como antecandidato à Presidência da República: "Navegar é preciso"; Ulysses Guimarães fez uma rápida modificação e concluiu o seu pronunciamento: "Constituir é preciso... uma vida decente e digna para todos os brasileiros".

VAIAS

O plenário da Marcha dos Vereadores esteve sempre agitado, desde a sessão de abertura, na terça-feira à noite, quando o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, foi aplaudido de pé por todos os vereadores, independente de partidos. Na sessão de ontem, os aplausos cedaram lugar às vaias em muitos momentos. O primeiro a ouvir essas manifestações foi Ulysses Guimarães, quando chegou ao plenário. Mas a maior vaia foi dirigida ao presidente da União de Vereadores do Maranhão, Arimateia Viegas, que se aventurou a defender a construção da ferrovia Norte-Sul, algo que



Marco Maciel, reunido com o PFL, disse que o sistema híbrido pode virar um monstro

Maciel critica sistema híbrido

O Presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), está contra o neoparlamentarismo aprovado pela Comissão da Organização dos Poderes. Ele acha que é um sistema híbrido, que pode "acabar sendo um monstro", pois confunde o presidencialismo e o parlamentarismo. Sua posição é idêntica à do presidente Sarney.

Marco Maciel prometeu a um grupo de constituintes do PFL que procurará os presidentes dos outros partidos, especialmente Ulysses Guimarães (PMDB), para evitar que o radicalismo predomine na nova Constituição, que, acentua, não pode ser resultante do confronto de facções. "Tem de expressar o sentimento nacional"

CRUZADO

O PFL criará na próxima semana uma comissão especial para acompanhamento da execução do Novo Cruzado. Essa comissão, que terá coordenadoras estaduais e municipais, fiscalizará os governos federal e estaduais e as irregularidades ou distorções serão comunicadas ao Presidente da República.

No encontro com presidente dos diretórios regionais, marcado para 23 vindouro, o senador Marco Maciel recomendará a criação de movimentos estudantis, ecológicos, sindicatos e outras categorias para que o PFL tenha condições de disputar as eleições do próximo ano em todos os municípios.

O presidente do Instituto Tan-

credo Neves, deputado Lúcio Alcântara (CE), anunciou que fará no início de julho uma mesa redonda, com representantes de vários segmentos e correntes, para debate do Plano Cru-

zado a fim de estabelecer critérios para a comissão especial do Partido.

APLAUSOS

A entrevista do Presidente da República, antontem, foi considerada excelente pelo senador Marco Maciel, que a definiu como "cumprimento de uma função de magistério". Em relação ao capital estrangeiro, o senador acha que o Presidente da República quis ressaltar sua necessidade para o desenvolvimento do País. Contudo, esse interesse não impede as preocupações sobre quando e como ingressa no mercado nacional.

A defesa do presidencialismo com um Congresso forte não o surpreendeu. "Tenho enfatizado a necessidade de termos um regime de equipotência de poderes. No Brasil, não é o Executivo que é forte. Os outros poderes é que são fracos".

"O que foi aprovado pela Comissão da Organização dos Poderes é um sistema misto. Não me parecem bem definidas atribuições e instituições do Presidente da República e do primeiro-ministro. Esses sistemas híbridos podem acabar em verdadeiros monstros, provocando crises. Para fortalecer o Congresso, não é preciso aprovar o parlamentarismo. O parecer do deputado José Jorge (PFL-PE), acatado pela Comissão dos Poderes, fortalece em muito o Congresso, sem instituir o parlamentarismo ou o chamado neoparlamentarismo", observou o presidente do PFL.

Prisco defende presidencialismo

Rio — "No atual momento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, não há uma tendência nítida dos parlamentares quanto ao sistema de governo a ser adotado na nova Carta, se parlamentarista ou presidencialista", garantiu ontem, no Rio, o deputado do PMDB da Bahia, Prisco Viana, ao fazer palestra durante o XII Congresso Nacional de Municípios, que está sendo realizado no pavilhão de convenções do Riocentro e conta com a participação de cerca de 1 mil prefeitos de municípios brasileiros.

O deputado ressaltou, no entanto, que a posição comum manifestada pelos constituintes é a do fortalecimento do Congresso Nacional nas suas atribuições e no seu poder de influência no Executivo, inclusive na cooperação da gestão e da formação do governo. Em sua opinião, no final dos trabalhos, deve prevalecer na nova Constituição o sistema presidencialista.